

ACM e a sobrevida

O GLOBO

06 MAR 2003

• Do Planalto ao PFL baiano, há uma torcida pela renúncia do senador Antonio Carlos Magalhães. Os pefelistas andam claramente constrangidos. O governo do PT, alertado por pesquisas que detectaram desconfiança da população de que estaria protegendo ACM, quer o caso encerrado logo, com o mínimo de desgaste e sem atraso nas votações. Mas ainda há água para correr.

Ontem, ao arquivar o pedido do PT de investigações preliminares para apurar o envolvimento do senador nos grampos baianos, o presidente do Senado, José Sarney, assegurou sobrevida a Antonio Carlos. Ele não terá, pelo menos por enquanto, que responder a processo de cassação por falta de decoro nem terá o Conselho de Ética em seu encalço com sessões públicas, depoimentos e acareações televisionadas.

A sensação entre os políticos, porém, é de que o refresco pára por aí. Nem Sarney nem o governo ou o PFL irão além de determinado ponto. O presidente do Senado foi leal ao amigo baiano, mas tinha embasamento jurídico para isso. Daqui para a frente, depende do que vier. O incômodo geral continua.

Sarney, com sua atitude, acabou por colocar o PT numa saia justa. Mostrou que o requerimento do partido pedindo investigações preliminares sobre as denúncias de grampo era quase inócuo, visto que, a pedido da bancada baiana, o Conselho de Ética já estava acompanhando as investigações da Polícia Federal.

Foi, isso sim, um gesto político da bancada petista para acabar com a impressão de que o governo estaria protegendo Antonio Carlos. Sinalização que se completou com declarações do chefe da Casa Civil, José Dirceu, defendendo apuração séria e rigorosa — coisa que, ao que parece, a Polícia Federal vem fazendo.

Agora, porém, ou o PT apresenta um pedido formal de abertura de processo por falta de decoro ou cruza os braços. Pode ficar esperando que outro partido o faça. Vai ganhar tempo com um recurso da senadora Heloísa Helena ao conselho. Mais dia, menos dia, porém, vai ter que tomar uma atitude mais firme.

Afinal, a PF — a mesma que tem orientação para ir até o fim — vai retomar as investigações na próxima semana e a tendência é que o assunto volte a esquentar. Não há ainda — pelo menos enquanto não se tornarem públicas as fitas gravadas pela revista "IstoÉ" — prova material contra ACM. Mas pode ser questão de muito pouco tempo.

O Supremo Tribunal Federal, instado com inusi-

tada rapidez pelo procurador Geraldo Brindeiro, também deve entrar no caso por uma via paralela, o processo pela violação do painel do Senado. É certo que esses assuntos andam a passos de tartaruga no Judiciário, mas sempre se faz marola, com depoimentos, audiências, mídia etc.

Ou seja, ainda vem muito barulho por aí no caso ACM/grampo. Governo, PFL e aliados de ACM sabem que, pela via política ou policial, as chamas já alcançaram aquela altura em que se torna quase impossível apagar o incêndio. Daqui para a frente, será só destruição de biografias, de projetos políticos e sabe-se lá do que mais. Antonio Carlos ainda terá seu poder de fogo, e vai usá-lo para se defender, jogando mais gente na fogueira. No Planalto, o temor maior é que a agenda política das reformas, que mal deslançou, acabe atropelada por nova temporada policial.

É aí que entra a conversa de renúncia, que não tomou ainda a dimensão de negociação, mas tem sido assunto de governistas, petistas, pefelistas e baianos. Pouparia alguns de assumir uma atitude mais efetiva no caso, eximiria outros do constrangimento de manifestações de solidariedade e salvaria as votações. ACM, por seu lado, repetiria o velho truque da renúncia de mentirinha: sairia com os dois suplentes, forçando nova eleição para o Senado em 60 dias, e voltaria por cima da carne seca. Será?

Bom para o Planalto, para o PFL e para Antonio Carlos, diz-se. Péssimo para as instituições políticas e para aquele a quem todo mundo acaba fazendo de bobo: o eleitor.

Afinal, o ato unilateral da renúncia, que leva um político alvo de acusações a abrir mão daquilo que o povo lhe deu nas urnas, deveria, em tese, significar capitulação. Pode-se até aceitar como forma de abreviar o sofrimento de um processo de cassação humilhante de final anunciado. Mas equivale, sobretudo, a uma clara confissão de culpa.

Compactuar com a banalização da renúncia e entrar nesse velho filme não é exatamente o papel ideal para quem prometeu mudar o jeito de fazer política no país.